

**SRA. LUIZA MESQUITA:** Bom dia a todos e a todas que nos assistem. Hoje a gente abre a Mesa de Debates sobre Os Desafios da Governança Global da Internet e a Construção de Espaços de Debate Multissetoriais, nesse segundo encontro do Seminário Internacional de Governança da Internet, uma atividade da Escola de Governança da Internet. Gostaríamos de agradecer a presença das palestrantes, Laura DeNardis e Marília Maciel, muito obrigada por terem aceitado o convite. E a moderadora, Fernanda Rosa, que é pesquisadora de pós-doutorado na Annenberg School for Communication da University of Pennsylvania, com afiliação ao Center for Advanced Research in Global Communication. Sua pesquisa aplica uma lente sociotécnica feminista descolonial no estudo da infraestrutura de interconexão da Internet. Ela é membro cofundadora da rede de pesquisa em governança da Internet no Brasil e pesquisadora associada ao Internet Governance Lab na American University. É coautora do livro Aprendizagem Móvel no Brasil.

Fernanda, muito obrigada por ter aceitado nosso convite. E eu te passo a palavra para a gente começar esse debate. E, antes disso, eu aviso que nosso evento, ele está sendo transmitido também em espanhol e em inglês nos canais do YouTube do NIC.br. É um prazer. Bom debate.

**SRA. FERNANDA ROSA:** Obrigada, Luiza. Vocês me escutam bem? Ótimo. Então, muito bom dia para quem é do dia, muito boa tarde para quem está à tarde, boa noite para quem estiver no fuso horário completamente diferente. Eu estou muito feliz de estar aqui e honrada por estar nesse evento, o Seminário Internacional de Governança da Internet, com duas ilustres convidadas. Eu vou, antes de mais nada, apesar disso, lembrar de um momento muito difícil que nós estamos todos passando, esse momento da pandemia. No Brasil nós temos hoje mais de 314 mil mortes devido a isso. E eu gostaria, então, de pedir um minuto de silêncio por esse fato. Eu vou contar aqui um minuto e eu retorno em um minuto para a gente começar esse grande evento.

Bom, muito obrigada. Como eu estava falando, eu estou muito feliz de estar aqui. Eu gostaria de agradecer à Escola de Governança da Internet no Brasil pelo convite, que muito me honra, no dia de hoje, de moderar duas autoridades do tema de governança da Internet no mundo, a Marília Maciel e a Laura DeNardis, que eu vou apresentar formalmente para vocês em instantes.

Eu sou egressa da escola, da EGI na turma de 2016, e também [ininteligível] meses de pesquisa nas dependências do NIC.br no Brooklin, em São Paulo, e também em Salvador. Então eu sou muito grata a todo conhecimento a que fui exposta e que, de fato, marcou a minha produção acadêmica, que se concentra em entender o papel dos

PTTs no contexto da infraestrutura da Internet no mundo. E a cada reconhecimento que eu recebo do meu trabalho, a cada momento que as pessoas falam: "Nossa, não sabia disso", né? Eu sempre me lembro desses momentos iniciais que tive a partir do NIC e do CGI. Então eu sou muito grata ao NIC, CGI, ao EGI e ao fantástico ecossistema de Internet no Brasil, que se estende por inúmeras organizações sociais, milhares de provedores e pequenos provedores de Internet, academia, enfim, muitas fontes de conhecimento para beber, né?

Mas hoje eu coloco aqui o meu chapéu da Universidade da Pensilvânia. E eu estou aqui na Filadélfia, nos Estados Unidos, são 9h12min nesse momento. E eu quero utilizar dessa liberdade característica da academia e que espero que nós do Brasil nunca deixemos escorrer pelas mãos novamente, para moderar esse workshop que terá a seguinte dinâmica. Eu vou fazer uma breve introdução, seguida então da fala das nossas convidadas. Após isso nós teremos uma hora de debate, onde farei questões contando também com as contribuições do público. Então a todos vocês que estão aí ouvindo pelo YouTube, eu convido vocês, todos e todas, a postarem suas questões no chat, porque haverá uma pessoa do NIC fazendo o repasse dessas questões aqui para mim. Vocês podem fazer as questões em inglês, em espanhol, em português, e mesmo se todas as questões... se nós tivermos muitas e eu não puder fazer todas, eu asseguro a vocês que eu vou estar lendo todas elas, porque eu estou muito interessada em saber como esse debate vai tocar, afetar o nosso público e como esse público também vai afetar o nosso debate.

Então, nossa missão aqui hoje é responder a duas questões principais. A primeira é: o que é governança da Internet? Então uma pergunta bastante desafiadora. E que a proposta é que pensemos com base no que foi a governança da Internet no passado e como ela se desenha no presente, com todas as suas transformações e complexidades. Então, no primeiro painel desse seminário, na quinta-feira, que deixou claro todo o brilhantíssimo e pioneirismo do CGI.br, uma das questões que surgiram é como a governança da Internet é uma área bastante restrita a especialistas, e como tal, uma área de conhecimento que apresenta dificuldades de se difundir na sociedade. Eu acredito que o nosso painel, o nosso workshop hoje pode mostrar uma visão alternativa a essa visão. Uma que mostre que um dos maiores desafios hoje é que a governança da Internet se dá muito além dos espaços que se autodenominam multissetoriais e que se identificam com a área de governança da Internet. Ou seja, tem muito mais gente fazendo governança da Internet do que a gente que se autodenomina... que as pessoas se autodenominam de governança da Internet. Isso nos leva à segunda questão norteadora desse debate, que é a questão da participação e do aumento da diversidade e

representação nos espaços de governança da Internet. Especialmente os espaços multissetoriais e aqueles notadamente não multissetoriais, mas com papel fundamental no interesse público.

Com base nas duas questões, eu gostaria de fazer uma breve introdução. Porque nós temos aqui duas grandes especialistas que vão permitir a gente pensar governança da Internet no âmbito global. E a gente vai ter a oportunidade, então, de fazer uma comparação, uma análise comparativa entre o que a gente vê no nível da Internet de governança global com o que acontece na realidade do Brasil. Então eu vou fazer aqui uma breve, de cinco minutos, colocação, chamando a atenção para esse lugar do Brasil na governança da Internet, e eu diria, o lugar do Brasil no contexto mais amplo de governança. E eu vou chamar atenção para três questões aqui. Uma é o papel da governança na democracia. O outro é a questão da concentração econômica de provedores de conteúdo e como isso afeta à democracia e afeta a governança da Internet. E os significados de participação no século 21.

Então, começando com esse primeiro ponto, né? Eu adorei no debate dos pioneiros da Internet no Brasil, na quinta-feira, quando o [ininteligível] lembrou que a palavra governança não era amplamente conhecida no início da década de 90, quando o CGI estava sendo formado. E é interessante, porque o termo governança emerge naquela década, de fato, ele emerge via Banco Mundial e ele vem associado ao conceito de democracia. O tema governança, então, no campo das políticas públicas, é uma resposta a uma visão de que o crescimento econômico atrelado a sistemas de governos autoritários não era suficiente para um desenvolvimento social pleno. Se vocês lembrarem, o Brasil está saindo de uma ditadura no começo da década de 90, e é nesse contexto que a governança, então, se estende à administração pública no Brasil. Então governança é um conceito amplo de muitas vertentes, mas para o que nos interessa aqui hoje decorre que governança não se resume a governo. Envolve a ideia de participação de setores interessados na sociedade no âmbito das políticas públicas. E aqui eu estou citando a Eli Diniz. Então a política brasileira daquela década, engendrada pelo fim da ditadura, construção de uma nova Constituição, a Constituição Cidadã de 88, é permeada pelo termo governança, especialmente com as eleições de 94. E aí em 95, nós temos uma ampla e histórica reforma administrativa no governo federal pautando que o Estado deveria ser guiado por resultados, um, por descentralização, dois, e, abre aspas, uma participação mais direta da sociedade na gestão pública. E aqui eu estou citando o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

Vejam só, então, que o CGI é resultado da ação incansável e bem-sucedida dos pioneiros e pioneiras da Internet no Brasil e também

nesse contexto político mais amplo, que privatiza as telecomunicações, dando espaço para o mercado nessa área, que define a Internet como serviço de valor adicionado, conforme países como os Estados Unidos, o México, criando, assim, um ambiente regulatório necessário para maior competição. E hoje nós temos o surgimento dos mais de 7 mil pequenos provedores de Internet no Brasil também como resultado disso, só para citar alguns exemplos. Nas eleições de 2001 o CGI também passa por reformas que intensificam essa participação. E hoje, chegando, então, em 2021, né? O que eu gostaria de colocar aqui bastante abertamente é que o contexto democrático brasileiro é bem distinto e há muitas iniciativas de governança da Internet no âmbito do governo que não passam por decisões multissetoriais. Um dos exemplos são os decretos associados ao que é chamado de política de governança digital, então o Decreto 10.332/2020 propõe, por exemplo, serviços públicos do futuro. Olhem que interessante. Aqui eu estou abrindo e fechando aspas. E aí esse decreto sugere implementar, abrindo aspas, “implementar recursos de inteligência artificial em no mínimo 12 serviços públicos federais até 2020”. Então vejam que se essa forma de falar, onde você coloca a tecnologia antes do resultado, onde você coloca a tecnologia antes do interesse público, é uma questão que a gente tem que pensar. E a outra questão que nós temos que pensar é que as políticas públicas regidas por decreto são muito ruins para engendrar participação social. Porque não há tempo e nem arena de discussão, né? E foi muito inspirador o debate desse seminário internacional na quinta-feira passada, quando se explicou o processo de decisão multissetorial, que busca não ter votos, se vocês não se lembram. Quem não pôde assistir, eu convido de fato que vocês assistam. Mas, ao invés de voto, busca-se discutir, chegar àquele denominador comum. Essa que é a essência da política com P maiúsculo e que leva, então, mais tempo para se concretizar, mas é mais estável e mais robusta, esse é o trade-off. Por isso que se prefere que seja assim.

Bom, entrando no ponto da concentração de poder, né? As empresas de tecnologia também fazem um tipo de governança da Internet, a partir de decisões internas motivadas pelos interesses comerciais. E, muitas das vezes, fora do escrutínio público. Então essas decisões muitas vezes unilaterais passam a ser discutidas mais amplamente na sociedade quando temos situações como a que vivenciamos hoje, relativas a fake news, à exploração de dados pessoais para criação de anúncios, ao cerceamento de liberdade de expressão, quando certos posts são excluídos das plataformas. Então que democracia, eu pergunto, né? Que democracia estamos desenhando mediadas por essas plataformas digitais conhecidas nos Estados Unidos como big tech, na Europa como Gafa, Google, Apple, Facebook e Amazon, né? Aqui, hoje, tendo Marília e tendo Laura a

gente vai poder olhar para o papel dessas plataformas a partir do norte global, né? E eu pergunto também, não só que democracia estamos construindo mas que infraestrutura da Internet a gente está construindo com essas plataformas que concentram tanto poder econômico, né? Já que essas plataformas impactam sobremaneira o fluxo de informações na Internet.

E, por fim, eu espero que nosso workshop também lance luz sobre o que significa participação em 2021. Aquela participação dos meados dos anos 90, que nós vimos a governança emergindo, que nós vimos o CGI emergindo, não é a mesma expectativa que nós temos hoje. Os avanços sociais levam a discussões mais aprofundadas de gênero, de cor, de raça, de etnicidade, né? Então, por exemplo, ao analisar a participação no CGI, o fato de apenas 14% dos seus membros serem mulheres salta aos olhos. E essa representatividade não é distribuída, né? Ela se concentra no terceiro setor e na academia. Mas, para deixar isso mais complexo, hoje gênero não se resume àquela visão binária de homem e mulher. Então há todo um aspecto queer para considerar, as siglas LGBTQ+ ajuda a entender a complexidade. E acho que esse painel tem condições maravilhosas de discutir isso. E falar de representação hoje exige pensar também questões de interseccionalidade. Olha que palavra difícil, né? Porque não é apenas setores, não é apenas intersetorial, mas, então, não é um multissetorialismo intersetorial. Mas talvez nós tenhamos que falar no multissetorialismo interseccional, né? Com essa visão, no comitê formado por maioria homens, a pergunta seguinte seria: hum, há homens negros aqui? Isso é o que é a interseccionalidade traz. Há pessoas trans representadas? Então mesmo com as mulheres: há mulheres negras? Então não à toa a trágica morte de Marielle Franco gerou uma grande mobilização e resultados positivos nas urnas com mulheres trans e negras sendo eleitas como nunca antes. É esse momento que estamos hoje, é isso que precisamos necessariamente discutir quando falamos de participação. E em relação a etnia sempre foi um enorme prazer para mim, pessoalmente, dividir espaços dos fóruns de Internet no Brasil com pessoas indígenas. Mas hoje a pergunta que a gente faria é: quais etnias estamos conseguindo trazer para esses fóruns, né? Eu não sei se vocês ouviram falar da etnia Kuikuro, do Alto do Xingu, que conseguiu combater as fake news sobre a vacinação com as lideranças locais e conseguiu arrecadar fundos para construir a sua própria estrutura de combate a pandemia e não ter nenhuma morte na comunidade, com ajuda da Internet. Então essa participação e representatividade se complexificam, né? Pensar em multissetorialismo hoje é pensar em diversidade e inclusão de vozes sub-representadas e como fazer essas vozes serem ouvidas e consideradas.

E não nos enganemos, que apesar de muitas dessas vozes não estarem nos espaços multissetoriais de governança da Internet, elas estão fazendo governança da Internet. E aí a gente pode discutir isso mais amplamente durante o debate. Ao mesmo tempo existe muita bibliografia sendo criada e que não fala que é governança da Internet. Então no Brasil eu posso citar o livro Comunidades Algorítmicas e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiáspóricos, organizado pelo Tarcízio Silva, ou nos Estados Unidos o livro Black Software, do Charlton McIlwain, que também exemplifica isso, no espaço do terceiro setor a Coding Rights faz também trabalho incrível. E a gente tem que se perguntar: será que essas pessoas falam que é governança da Internet, falam que estão fazendo governança da Internet? Então com essas provocações eu gostaria de abrir o nosso workshop apresentando as nossas duas ilustres convidadas.

Aqui eu tenho, eu vou apresentar em ordem alfabética de primeiro nome, que é como nós seguimos no Brasil. Então, Marília Maciel é pesquisadora sênior da Diplo Foundation, envolvida em vários projetos relacionados à governança da Internet, principalmente nas áreas de economia digital, comércio eletrônico e segurança cibernética. Atuou como conselheira na organização de apoio a nomes genéricos, GNSO, da Ican, representando o grupo de partes interessadas não comerciais, NCSG. E é ex-membro do grupo de trabalho sobre melhorias do fórum da governança da Internet criado sob os auspícios da Comissão de Ciência e Tecnologia Para o Desenvolvimento da ONU. A Marília também está na academia fazendo o doutorado dela, né?

Laura DeNardis é professora interina, Dean, da Escola de Comunicação da American University em Washington DC. Ela serve como diretora do laboratório... do Internet Governance Lab, na American University. E é autora de sete livros, incluindo The Internet in Everything: Freedom and Security in a World With No Off Switch, publicado pela Yale University Press em 2020 e também listado pela Financial Times Best Tech Books de 2020, um dos melhores livros de tecnologia de 2020. Com um background em engenharia da informação e um doutorado em estudos da ciência e tecnologia, ela tem mais de duas décadas de experiência e é uma consultora expert em questões de governança da Internet pela [ininteligível] e agências governamentais.

Então agora eu convido a Marília Maciel para estar aqui com a gente fazendo a sua fala. Marília, bem-vinda e muito obrigada por aceitar participar desse debate.

**SRA. MARÍLIA MACIEL:** Obrigada, Fernanda. Obrigado ao CGI.br pelo convite para estar aqui hoje, eu fico muito feliz. Agradeço não só em meu nome, mas também em nome da Diplo Foundation, é maravilhoso estar aqui participando com você e obrigada por essa

maravilhosa introdução, bastante abrangente que você fez aqui para gente. É muito bom também estar aqui com a Profa. Laura, cujo trabalho também foi inspirador de várias reflexões que tenho feito no âmbito acadêmico. E é ótimo estar também com todos que estão nos assistindo. A gente realmente espera ansiosamente a chegada das perguntas e dos comentários de vocês. Como a Fernanda chamou a atenção no começo, esse é um momento extremamente complicado para todo mundo, mas em particular para sociedade brasileira. E eu acho que o debates como esses são relevantes em todos os momentos, mas eles são particularmente relevantes num momento como esse em que a gente tem que se manter tranquilo, focado, produtivo, construtivo, mas também aguerrido para todas as batalhas que a gente está enfrentando agora, mas também para as batalhas que vão chegar no futuro, depois que essa pandemia passar, em termos de reconstrução de muita coisa que vai precisar reconstruir depois que essa crise toda passar por nós.

Mas eu queria começar apresentação, eu tenho alguns slides para nossa conversa. Mas essa conversa eu queria dividir em duas partes. A primeira delas é o que é governança da Internet e quais são suas características definidoras essenciais. E a segunda parte é quais são os principais desafios que o modelo de governança multissetorial enfrenta hoje, em particular, os desafios que impactam a participação. Um bom lugar para a gente começar é discutir o que é governança da Internet? O que significa essa expressão? A Fernanda fez boa parte da introdução teórica sobre as diversas vertentes que tentam explicar o que é governança. Mas se a gente focar na palavra governança no ambiente que estamos discutindo de governança da Internet, é importante chamar atenção que governança, no Brasil, é um vocabulário que se encontra bastante difundido nas discussões sobre Internet muito graças ao trabalho do CGI.br. Mas em outros países do mundo é um vocábulo que ainda se encontra muito difuso e sem compreensão do seu sentido e muito se associa-se governança com autoridade, com controle, com governo. Mas, como a Fernanda mencionou, governança é um fenômeno mais amplo do que o governo, que abarca a ideia de governo, mas não se restringe a ele. Governança diz respeito, num nível, a participação de uma gama mais ampla de atores interessados no tema, e as fontes de legitimidade que justificam a participação desses atores também são diferentes. Elas não vêm de um poder instituído, de um poder de política, de uma autoridade top down, mas advêm da legitimidade, porque esses atores conseguem aportar à discussão algo que é significativo e algo que é interessante. A legitimidade é muito mais prática, é da experiência e dos recursos que eles aportam na discussão para chegar ao melhor resultado do que autoridade formal de um poder instituído. A discussão, ela é muito mais guiada sobre atingir um consenso, chegar ao denominador comum,

como a Fernanda comentou, algo que é compartilhado pelos autores, em inglês chama isso de rough consensus, e a ideia é que cada um que participa do regime de governança da Internet, ele segura um pedaço de um quebra-cabeça. Se a gente colocar esses pedaços juntos, a gente vai conseguir chegar ao modelo de governança harmônico em que as decisões estão de acordo com os desafios que a gente encontra de fato no mundo da Internet hoje.

Quando esses atores se colocam juntos para discutir governança da Internet, quais são os principais pontos de discussão? Existem algumas palavras que são chave na ideia, na definição de governança, que é uma discussão sobre quais são os princípios norteadores que atuam a atividade dos atores dentro desse regime, quais são as leis que vão ser feitas e elaboradas na prática, quais são as normas de conduta que os atores vão acordar entre si, quais serão os processos de tomada de decisão, quais são as instituições nas quais esses processos se desenrolam e quais são os atores específicos que participam do debate. Focando no ponto dos atores específicos, a gente costuma chamar esse modelo de modelo multissetorial de governança. Cada modelo de governança vai ter uma gama de atores que vão ser relevantes. No que diz respeito à governança da Internet, a Agenda de Túnis e o processo da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, identificaram alguns atores como essenciais a essa discussão. Lembrando que na verdade a lista desses atores, ela é meramente ilustrativa. E no dia a dia do debate a gente acaba encontrando vários outros atores que vão ser, de alguma forma, tocados pelas decisões tomadas ou que têm algo a aportar às decisões tomadas no ambiente da governança. Então essa lista, ela não é exaustiva, ela é meramente exemplificativa.

Mas quais são esses atores que são indicados pela Agenda de Túnis? Os governos, claro, participam do regime de governança, a sociedade civil, a comunidade técnica, o setor acadêmico, as empresas e as organizações internacionais. Se a gente olhar para dentro de cada um desses atores, a gente consegue abrir essas caixinhas e classificá-los como muito mais detalhe. Governos, quais são os setores dos governos? Como a gente sabe, governos são entidades bastante complexas e às vezes um ramo do governo defende uma coisa, outra parte do governo defende outra, diferentes ministérios têm muito a dizer sobre Internet: Ministério das Comunicações, Ministério das Relações Exteriores e por aí vai. Então cada um desses atores, eles podem ser unpacked, eles podem ser abertos, e a gente olha para cada uma das caixinhas e vai identificando atores que são importantes trazer para esse debate também. E no que diz respeito à sociedade civil, acho que esse ponto de como a gente olhar para a sociedade civil de uma maneira mais diversa, que dê conta da complexidade da



sociedade civil, é extremamente importante, como a Fernanda falou no início do debate.

A ideia chave aqui é que governança da Internet é uma responsabilidade compartilhada de todos nós, de todos os atores que contribuem para que a Internet funcione, para que as melhores decisões sobre a Internet sejam atingidas. Outra palavra dessa expressão, governança da Internet, que é Internet, ela é muito mais intuitiva. Acho que se a gente fala com alguém de gerações após a nossa geração, a Internet é algo tão ubíquo que para eles é como se a Internet fosse eletricidade. Eles não questionam mais o que é Internet, é uma noção extremamente intuitiva. Mas se a gente for olhar para o desenvolvimento da Internet, essa noção intuitiva muito tem a ver com o fato que o desenvolvimento da Internet, ele foi muito orgânico. Não veio um governo e disse: a Internet a partir de hoje está criada e vai funcionar de acordo com essas leis. A Internet foi se desenvolvendo de uma maneira que os negócios foram pipocando, foram surgindo. Se a gente pensar numa linha do tempo, em 95 a gente já tinha a Amazon funcionando plenamente, a gente já tinha o Yahoo, o Google veio um pouco depois em 98. E os governos só começam a participar de maneira institucional e formalizada do debate sobre governança da Internet no momento da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação em 2003 e 2005. Ou seja, quando os governos entram nesse debate já existia a Internet, ela já estava sendo explorada de maneira comercial e já existiam regras do jogo. Ou seja, esses atores que estavam utilizando a Internet de maneira comercial, eles já estavam criando regras, já estavam criando governança. Então os governos entram no momento em que algumas regras da governança da Internet já estavam estabelecidas. Então os governos entram tendo que respeitar também essa gama de atores e regras que já estavam estabelecidos quando eles começam a participar. E isso ajuda a gente a explicar por que esse é um regime que, como o governo americano gosta de falar, é private [ininteligível], ou seja, ele é guiado pelo setor privado, não tanto pelo poder público. Apesar, que esse é um dos pontos que vem mudando em décadas recentes e é um dos pontos que a gente vai discutir um pouquinho na fase seguinte dessa conversa.

Mas se olha para a Internet, a gente pode, da mesma forma como a gente fez com os atores, abrir essa caixa e tentar olhar Internet por diferentes camadas. Existe uma camada básica de infraestrutura que faz com que a Internet funcione. A gente está falando aqui dos cabos de fibra ótica, dos satélites e toda infraestrutura de telecomunicações. Em cima dessa infraestrutura, eu tenho uma infraestrutura de transporte, ela que me dá os protocolos e standards técnicos que vão fazer com que os computadores, as máquinas, os [ininteligível] e todos os equipamentos que se conectam à Internet possam conversar entre

si. E em cima dessa camada eu vou ter uma camada de aplicações e conteúdo, que é a camada que a gente entra em contato no dia a dia, que é a mais familiar para nós, que é a camada onde se encontram todos os conteúdos que a gente acessa, todos os serviços que a gente usa. Olhar para essas camadas é ilustrativo de um ponto bastante importante na definição de governança da Internet, que é o fato de que existiu durante alguns anos uma disputa entre definir a governança da Internet de uma maneira bastante restrita, governança da Internet se aplicaria a essa camada do meio, a esses standards, a governança da tecnologia da rede em si; e uma visão que era mais ampla, que entendia governança da Internet como a governança da tecnologia, da rede, mas também governança de todos os serviços que a gente acessa na rede. Em inglês essa distinção ficou *governance of Internet and on the Internet*, governança da Internet e governança daquilo que a gente faz na Internet, dos serviços que a gente acessa na Internet. Nessa disputa o que acabou prevalecendo foi uma visão mais ampla de governança da Internet. Isso, por um lado, foi extremamente positivo, porque existem vários temas de políticas públicas que governança da Internet hoje abarca. Por outro lado, isso criou uma categoria que se encontra em aberto. E a gente ficou à mercê de temas futuros que podem ou não se encaixar dentro do guarda-chuva da governança da Internet e quais são os critérios que vamos aplicar para dizer que um tema se encontra abarcado no nosso conceito de governança da Internet. Esse é um desafio que a gente enfrenta hoje bastante com várias tecnologias emergentes.

Com aumento da pressão regulatória, principalmente dessa camada de cima, de aplicações e conteúdo, por várias razões, invasão à privacidade, questões relacionadas à cobrança de impostos sobre bens e serviços digitais, questão da regulação das plataformas, toda essa pressão regulatória nos levou a um cenário de que processos e instituições precisavam ser criados para a governança da Internet existir. É interessante a gente ver a governança da Internet como uma metáfora de um restaurante. Nós somos atores, os diferentes setores, sociedade civil, governo, setor de negócios, a gente se encontra sentado num restaurante e a gente está definindo um menu de políticas públicas, de problemas públicos que a gente vai enfrentar, e cada um desses problemas, segundo a sua natureza, eles podem ser encaminhados para algumas organizações internacionais. É uma questão de números e nomes de domínio? Isso vai ser discutido na Iann. É uma questão relacionada a telecomunicações? Isso provavelmente cabe na UIT, na União Internacional de Telecomunicações. É uma questão relacionada a standards? Provavelmente vamos levar isso para o Internet Engineering Task Force. É uma questão de comércio? A gente tem a OMC. Então, durante algumas décadas, esse foi o modo como a governança da Internet se

desenrolou. A Agenda de Túnis e o processo da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação identificaram várias organizações internacionais que seriam responsáveis por guiar, por coordenar partes específicas da governança da Internet segundo a sua própria missão temática. E existia um espaço, e existe um espaço que deve ser um espaço de coordenação desses atores que atuam no ambiente multissetorial e de comunicação com as demais organizações internacionais, que é o Fórum de Governança da Internet. Esse é um fórum bastante conhecido por nós no Brasil, porque nós já sediamos o Fórum de Governança da Internet duas vezes. E o interessante desse fórum é que ele materializa essa ideia do restaurante, de todos nós sentados e discutindo o menu de maneira multissetorial, de maneira bastante horizontal, igualitária e escutando, tentando encontrar um denominador comum nessas discussões.

O Fórum de Governança da Internet deixou alguns legados, eu acho, bastante importante, para além do fórum em si e desse momento de partilha e discussão. O principal legado, na minha opinião, é a forma com que ele encorajou o modelo multissetorial a ser abraçado em vários países e regiões do mundo. O IGF se tornou o modelo de organização institucional que vários países adotaram, criando fóruns nacionais de governança da Internet e fóruns regionais de governança da Internet e criando um espaço nesse nível nacional e regional para discussão dos temas de governança de uma maneira mais aberta e mais participativa. Então países que muitas vezes nem tinham tradição desse debate mais aberto foram inspirados pelo modelo de IGF. E eu tive sorte de me encontrar no Líbano, por exemplo, no primeiro ano em que os atores no Líbano conseguiram organizar o Fórum Nacional de Governança da Internet. E é um momento bastante interessante para uma sociedade que não tem essa tradição de abertura, porque existe um modelo em voga, que é visto como modelo de sucesso, conseguir implementar no nível muito concreto, muito prático um espaço de discussão no âmbito nacional que é multissetorial. Então o IGF realmente deu muita força a esses atores nacionais e regionais que gostariam que os temas relacionados à Internet fossem discutidos de maneira mais aberta e participativa. Por outro lado, experiências de sucesso nacionais que muitas vezes pré-datam o IGF, como é o caso da experiência multissetorial brasileira, também reforçaram a governança global da Internet de maneira multissetorial. O CGI é um exemplo. A forma como o Marco Civil foi discutida, de maneira aberta, participativa no Brasil, é um outro exemplo.

E o Brasil ainda deu exemplo mais interessante do ponto de vista da governança mundial, que foi o momento do NET Mundial. Um momento em que realmente as relações entre diferentes atores da governança da Internet se encontraram no momento de crise

profunda, num momento de desconfiança, um momento de profunda incerteza de que caminhos poderiam ser tomados para enfrentar os problemas que foram vistos naquele momento. E o NET Mundial deu uma saída multissetorial para discutir governança da Internet, um problema muito sério, que era o problema da vigilância, de uma maneira construtiva, de uma maneira que envolvia atores tocados por esses problemas, de uma maneira que produzia um documento que, talvez o documento mais representativo de uma verdadeira discussão multissetorial sobre políticas relacionadas à Internet. A Cúpula Mundial da Sociedade da Informação publicou documentos interessantíssimos, mas, ao mesmo tempo, esses documentos não foram tão multissetoriais como foi o documento final do NET Mundial.

Mas agora eu queria tocar em alguns desafios, alguns problemas que a governança da Internet encontra hoje em dia. Primeiro deles é relacionado à especialização temática. Esse é um desenvolvimento esperado em qualquer área de conhecimento. A partir do momento que governança da Internet foi se desenvolvendo e a Internet em si foi se desenvolvendo, regulação de temas específicos foi se tornando cada vez mais complexa. Se a gente pensa na privacidade hoje, a regulação da privacidade é bastante complexa. Regulações relacionadas a temas de cibersegurança tem vários níveis também, temos uma política nacional, temos um plano nacional, temos vários documentos que regulam a cibersegurança. Então essa especialização é esperada, mas, ao mesmo tempo, a forma como ela se deu é que os atores relacionados a temas específicos, eles estão cada vez mais fechados novamente em suas caixinhas. Uma coisa muito boa do Fórum de Governança da Internet foi quebrar essas caixinhas e fazer com que os atores discutissem entre si. Acho que o movimento que a gente vive hoje é o movimento inverso, é o movimento que atores que são experts em temas específicos, eles são cada vez mais focados no seu tema. E vejo muito aqui na Europa, com alguma preocupação, por exemplo, que várias organizações internacionais têm retirado recursos ou completamente desmantelado o setor responsável por coordenação dos temas de governança da Internet. Governança da Internet é uma caixinha quase vazia em termos de pessoal. Esse pessoal, ele foi completamente deslocado para as áreas específicas, seja privacidade, cibersegurança etc. Isso, em si, não é um desenvolvimento negativo, não é algo negativo, é algo esperado. Só que o que a gente precisa fazer daqui para frente é unir, encontrar espaços e oportunidades para que esses atores especializados, eles continuem a conversar. Continuar encontrando espaços de diálogo e correspondência, senão a gente vai ter realmente o problema de uma fragmentação temática desse tema novamente e fica difícil pensar governança da Internet como um todo.

Relacionado a esse ponto, por que a governança da Internet continua sendo importante? E por que a gente não deve deixar esse guarda-chuva de lado e só discutir privacidade ou cibersegurança etc.? Para mim, olhar o tema da governança da Internet é olhar a floresta. Você pode pegar uma árvore da floresta, a árvore da privacidade e dissecar aquela árvore. Você vai entender muito bem aquela árvore e todos os seus componentes, mas você não vai entender como aquela árvore se relaciona com o resto da floresta. Então a discussão de governança da Internet é o único momento que a gente consegue olhar a árvore e olhar a floresta ao mesmo tempo. Por essa razão, eu acho que capacitação em governança da Internet é cada vez mais importante. É mais importante, talvez, do que já foi antes. É claro que depois de passar por um curso de governança da Internet, que geralmente é um curso de entrada no tema, os atores vão se especializar em cursos, em capacitações nos seus temas específicos. Mas é muito importante que essa visão de floresta, ela não se perca e acho que a ideia de governança da Internet, o guarda-chuva da governança da Internet nos permite isso, não perder essa visão de todo.

O segundo ponto, o segundo desafio é que a Internet hoje em dia se tornou uma infraestrutura. Ela é uma infraestrutura para desenvolvimento de várias outras tecnologias que se utilizam, sim, da Internet, mas que tomam a Internet quase como algo dado, quase como eletricidade. A gente vive no contexto que tem sido chamado de 4ª Revolução Industrial, em que vamos ver um processo de convergência entre tecnologias digitais, entre biotecnologia. E esse processo de convergência, ele nos põe uma questão: onde é que a gente vai traçar a linha para dizer "isso não diz respeito mais à governança da Internet"? E para mim um exemplo muito claro é inteligência artificial. Esse é um tema importantíssimo? É importantíssimo, é interessantíssimo. Esse é um tema de governança da Internet? Eu não tenho tanta certeza. Um sistema de inteligência artificial, ele não precisa necessariamente da Internet para funcionar. Claro que a Internet vai ser importante para vários estágios, de coleta de dados, de transferência de dados, essa informação, ela vai estar no data center para que o machine learning possa acontecer. Mas esse é um tema que deve ter um espaço imenso num curso de capacitação de governança da Internet, como eu tenho visto acontecer? Não tenho tanta certeza assim. Novamente, aqui na Europa, o que eu tenho visto é organizações que têm uma missão muito importante em temas relacionados à governança da Internet, em temas de privacidade, em temas de segurança, têm retirado recursos desses temas e colocado recursos na discussão de inteligência artificial. E isso eu vejo com bastante receio. A Pauta de governança da Internet continua sendo bastante importante e bastante complexa. Em vez de retirar recursos,

deveria aportar recursos. Mas como a gente vai tratar esses temas emergentes eu acho que é algo que a gente vai precisar discutir. Claro que vão ter pontos de contato entre, por exemplo, governança da Internet e governança da inteligência artificial. E o nosso desafio, talvez, seja identificar quais são esses pontos de contato e trabalhar nesses pontos de contato. Para que os bons exemplos de lado a lado possam percolar ambos os regimes de governança. Mas é nesse ponto de convergência que a gente tem que focar, senão a gente vira um organismo tentando fagocitar todos os temas relacionados ao digital, quando eu acho que na verdade esse não é o papel da governança da Internet.

Um outro desafio que a gente vive no momento que a gente chama em política internacional de Forum Shifting. O nosso balde de governança da Internet ficou completamente cheio de temas depois que a governança da Internet foi definida de maneira ampla. Só que a água desse balde está vazando para outras instituições, que não são aquelas que foram inicialmente identificadas para discutir temas de governança da Internet. E esse processo de Forum Shifting para mim se torna muito claro se a gente pensa nas questões de comércio. Aqui na Europa tem tido um movimento de vários temas que foram discutidos classicamente no Fórum da Governança da Internet no âmbito das Nações Unidas, eles têm sido reelaborados como temas comerciais e discutidos no âmbito da Pauta comercial, seja da Organização Mundial de Comércio, seja no âmbito de acordos comerciais regionais. E esse movimento, se a gente olha hoje qual é a agenda negociadora no âmbito da Organização Mundial de Comércio sobre comércio eletrônico, a gente vai ver que esse processo negociador que pode culminar num tratado, ou seja, é um processo que pode levar a uma regra específica, clara e que todos nós teremos que obedecer, trata de temas, por exemplo, como dados e como esses dados vão trafegar de país a país, a localização de dados, neutralidade de rede, proteção de dados, segurança cibernética, spam, assinaturas eletrônicas, questões relacionadas a taxaço e impostos. Então o rol de temas é bastante amplo. Então a gente pode notar que a migração desses temas para uma Pauta comercial, ela é bastante clara. Uma das coisas que é preocupante em relação a isso é que diferentemente dos espaços de governança multissetorial, os espaços de comércio são tradicionalmente pouco transparentes. Então os documentos negociadores no âmbito da OMC, as propostas que os países têm feito na negociação desses temas, elas não são publicadas em lugar nenhum, a gente não consegue ter acesso a esses documentos. Não existe transparência no que diz respeito à participação de outros atores nas reuniões negociadoras. Então os espaços de intervenção de atores não governamentais, ele é extremamente pequeno, ele se dá sob convite dos governos. Eu tive a chance de conversar com países em

desenvolvimento sobre esses temas em duas oportunidades, mas é um espaço bastante pequeno. Então, essa migração pode levar regras específicas em áreas clássicas de governança da Internet, elas sejam discutidas e aprovadas sem uma visão da comunidade técnica, sem uma visão da sociedade civil, sem a participação de todos aqueles atores que a gente identificou como atores essenciais para governança da Internet. Por que isso tem acontecido? Vamos discutir um pouquinho, talvez, na fase de perguntas e respostas; por que dessa mudança de fórum.

Outro ponto que eu acho que é bastante interessante e é um desafio para governança da Internet é o fato de que mais e mais a gente tem visto uma disputa por hegemonia tecnológica e digital entre Estados Unidos e China, e vários países têm sido levados a reboque dessa disputa. Se a gente pensar, por exemplo, como essa disputa tem sido falada na mídia e por atores da academia, por exemplo, ela é colocada muito numa chave como se fosse uma disputa de Guerra Fria e que os outros países precisam se alinhar, seja a um lado, seja a outro lado. Não tem quase espaço para o movimento de não alinhados nesse debate. E o ponto que se tem feito é que o crescimento da China, sob uma perspectiva ocidental, precisa ser contido, porque a China é uma ameaça, porque a China não compartilha os mesmos valores. Então a ideia de conter a China, ela está muito na cabeça das pessoas que estão propondo novos mecanismos de governança. Dentre eles, um que tem ganho bastante espaço nos debates é a ideia de uma aliança tecnológica entre 10 ou 12 países, que são like-minded, ou seja, que compartilham os mesmos valores. E esses países discutiriam temas importantes relacionados ao desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento de standards, tecnologias como inteligência artificial, compartilhamento de dados, dataflows, localização de dados, sob uma perspectiva desses países alinhados. O interessante é: entre esses países alinhados não existe espaço para países em desenvolvimento. Eu acho que os países em desenvolvimento seriam convidados à medida que os países desenvolvidos acreditem que é relevante, mas é uma aliança entre países desenvolvidos. Da mesma forma, as empresas, elas têm proposto mecanismos de governança em ambientes como o G7, que é um grupo de países, os países mais industrializados do mundo. E algumas empresas, recentemente, foi semana passada, propuseram ao G7 criar um mecanismo de governança para discutir três temas principais no primeiro momento: fluxo de dados, cibersegurança e inteligência artificial. Então, mais uma vez, existe uma proposta para um novo mecanismo de governança que totalmente faz o contorno, sem passar pelos mecanismos tradicionais que a gente discutiu no começo da nossa fala.

E, finalmente, eu acho que o último e talvez o mais importante desafio que a governança da Internet passa por esse momento é o fato de que 20 a 30 anos de narrativa de que o acesso à tecnologia, o acesso ao digital, ia trazer prosperidade para todas as sociedades, essa promessa, ela claramente ela está falhando. Ano passado, começo desse ano, na verdade, o Fórum Econômico Mundial publicou um relatório em que o fórum identifica, e eles têm uma série histórica bastante longa desse estudo, quais são os principais desafios para estabilidade global, quais são os desafios que podem levar a realmente uma desestabilização do ponto de vista democrático, econômico, institucional. E pelo primeiro ano, entre os desafios que figuram na lista do top 10, se encontram: a concentração de poder no ambiente digital e a desigualdade na distribuição de benefícios das riquezas que são geradas no ambiente digital. Isso eu acho que é um ponto bastante importante. Existem várias organizações que têm chamado atenção para esse problema. O primeiro relatório que foi firme nesse sentido saiu em 2016, do Banco Mundial. Mas, desde então, o fórum, UNCTAD, a própria [ininteligível] tem chamado atenção de que existe um processo de concentração, tanto do ponto de vista de infraestrutura da Internet, em suas várias camadas, como do ponto de vista econômico, e essa promessa de democratização dos benefícios econômicos do digital, isso tem falhado. Isso eu acho que para futuro não existe um regime de governança proposto, nenhum regime de governança que a gente propuser, ele vai ser legítimo se ele não colocar essa questão no centro. E um dos temas dentro da Pauta de governança da Internet que acho que tem sido escanteado, inclusive nos cursos de capacitação da governança da Internet são os temas econômicos. A gente é muito bom em discutir direitos humanos, infraestrutura, isso realmente está sempre presente em todas as capacitações de governança da Internet que eu tenho acompanhado. Quando os temas econômicos estão presentes, eles estão presentes num espaço muito pequeno, e a gente nunca discute esses temas a fundo. Só que acho que é fundamental para países em desenvolvimento, inclusive para o Brasil, que a gente coloque essa discussão realmente como uma discussão de fundo de tudo que a gente vai fazer. Isso vai ser um desafio. Porque talvez o arcabouço, a argumentação e o próprio vocabulário de uma discussão que acontece na OMC, por exemplo, é um desafio para atores não acostumados com esse ambiente acompanhar. Mas eu acho que isso vai ser essencial, porque a próxima briga sobre quem vai se beneficiar da tecnologia digital, da Internet no futuro, ela vai passar por compreender, por exemplo, o valor econômico dos dados, não no nível superficial, os dados são o novo petróleo do mundo, não é isso, mas realmente compreender a fundo como o valor é extraído desses dados. Como a gente pode fazer para criar competição no âmbito da economia digital.



Então acho que esses são, para mim eu elencaria como cinco principais desafios do regime da governança da Internet no futuro. Existem outros que tenho certeza vão ser apresentados nessa fala, mas esses, para mim, que a gente precisaria chamar atenção e realmente se debruçar nos próximos anos. Com isso, gostaria de concluir e agradecer pela atenção, ficar disponível para quaisquer perguntas e passar de volta a moderação para a Fernanda.

**SRA. FERNANDA ROSA:** Marília, muito obrigada. Que apresentação incrível e completa para a gente pensar sobre governança da Internet no nível global.

Vou chamar agora então a Laura DeNardis, que como Marília falou, tem um papel fundamental na formação de governança da Internet na academia, não só americana mas mundial. E eu que fui sua aluna tenho o orgulho e o prazer de convidá-la aqui para a Mesa. Laura, bem-vinda.

**SRA. LAURA DENARDIS (por intérprete):** Olá, pessoal. Eu gostaria de perguntar à Fernanda e a todos se estão me ouvindo bem. O áudio está ok? Ótimo. Então olá a todos, é um grande prazer estar aqui hoje. Agradeço a Fernanda pela apresentação, moderação e pelo trabalho que você faz. É uma grande honra e prazer estar aqui acompanhando remotamente a palestra da Marília, que eu gostei muito. O que eu gostaria de acrescentar nessa discussão a partir do que foi dito aqui pela Marília é fazer a pergunta: qual é o caminho que a governança da Internet está seguindo? Quais são as mudanças políticas, técnicas que estão fazendo com que essa rede da governança da Internet mude? Eu gosto muito dessa analogia de comparar com uma floresta. E a Internet em si, ou por si só, é substrato de tudo isso, a partir da economia, da esfera pública, da mídia, da vida política, da vida dia a dia, especialmente agora durante a pandemia. E é importante compreender tudo isso. Mas, simultaneamente, muitas pessoas têm falta de acesso básico e ficam para trás nessa jornada, por isso há uma série de desigualdade digital numa escala global. Mas essa pessoa, estando dentro ou fora da Internet, ainda assim são afetadas por aquilo que está acontecendo neste mundo e ambiente da Internet.

Por algum tempo agora os conflitos sobre a governança da Internet, que normalmente estão dentro da tecnologia em si, são novos espaços neste cenário global em que potências econômicas e políticas estão se desdobrando. E como lutas de controles podem mediar essas questões que são tão importantes na sociedade, como a participação econômica, o direito da fala, a segurança do consumidor, a segurança nacional, privacidade, falta de informação, participação política. É muito difícil conseguir ter uma questão política, seja onde for no globo que não seja afetado por todas essas questões, sobre como a Internet

é governada. E eu gostaria de trazer à tona um ponto aqui, a Internet é governada. E essa governança, ela ocorre fora das discussões e dos fóruns e daqueles grupos que falam e discutem sobre a governança da Internet. Enquanto estamos aqui falando nos diferentes fóruns sobre a governança da Internet, ainda existe uma infraestrutura técnica, ainda existe um processo de coordenação dessa infraestrutura, que realmente representam alguns riscos para a sociedade.

Eu concordo com a definição da governança da Internet, definições que foram trazidas aqui. Mas eu gostaria de agregar mais uma definição: para fins de infraestrutura em si, o termo governança da Internet normalmente se refere ao desenho e à administração das tecnologias que são responsáveis pela operação da Internet, e daí a inclusão das políticas que permeiam essa tecnologia. Um outro ponto também que eu gostaria de trazer para essa discussão é que não há um único sistema, mas sim todo um ecossistema de pontos de controle, que é exatamente aquela floresta que a Marília se referiu. Há todo um ecossistema de pontos de controle e de decisões que são tomadas pelo setor privado, por novas organizações internacionais, por ativistas transnacionais, por redes transnacionais, por agências técnicas, coordenações técnicas e, é claro, acordos de governos nacionais.

Voltando um pouquinho para a questão da tecnologia: há uma série de questões de governança à tecnologia, que são absolutamente necessárias para manter a Internet e o sistema digital estabilizado. E eu vou mencionar algumas dessas tarefas. Existe os recursos da Internet e o controle crítico desses recursos, a partir de uma coleta de entidades e organizações, algumas que são internacionais por natureza e outras que são locais.

O estabelecimento de protocolos técnicos a partir da estabilização de instituições, de forças-tarefas na Internet. Existe também uma coordenação de interconexão. Existe a governança da cibersegurança, que tem a ver com as instituições públicas e privadas. E, é claro, também existe atenção na política, atenção por parte da mídia, e é necessário entender que os intermediários de conteúdo privado e os intermediários da infraestrutura, seja uma empresa de mídia social ou seja uma rede de distribuição de conteúdos sociais, ou seja um intermediário financeiro, todos esses têm um papel muito importante nessa questão de conteúdo que pode ficar on-line ou não, qual conteúdo que deve ser proibido e uma série de outras áreas de governança, como liberdade de expressão, privacidade de dados e outros. Enquanto todas essas áreas traçam leis sobre difamação, privacidade, proteção, fraude, *fake news*, propriedade intelectual e uma série de outras áreas, cada uma dessas áreas e cada um desses esforços, todos eles têm implicações profundas na política pública.

Especialmente as áreas mais técnicas, também, passam por isso. Então essas são algumas características da governança da Internet, mas com certeza decisões que são feitas a partir dessas tecnologias tão complexas que vão afetar os direitos humanos e a segurança humana. Como, por exemplo, o desenho da criptografia. Não existe, então, um único sistema de governança de Internet. Então, podemos ficar aqui debatendo a respeito da questão de quem controla o sistema, já que não há um único sistema, há uma série de várias camadas de controle e cada uma dessas camadas de controle têm uma série de implicações de interesse como um público.

Então vou mencionar aqui duas mudanças, uma delas é técnica e a outra é política. E essas mudanças estão mudando o objeto da governança da Internet. A primeira delas, dessas mudanças, é a Internet das coisas. Este é o assunto do meu último livro, que é A Internet em Todas as Coisas. E a tese deste livro é que a Internet não é mais um sistema de comunicação apenas, conectando as pessoas e as informações. Na verdade, é um controle de rede em que mais coisas e mais pessoas estão conectadas, em que há um controle de toda essa infraestrutura a partir dessa aproximação ao poder político.

Normalmente, isso é chamado e definido como Internet das coisas. Que inclui, por exemplo, os *wearable*, né? Que são as coisas conectadas, as roupas conectadas, inclui as cidades inteligentes, *smart cities*, inclui também a Internet em si, em que a Internet está ligada, está dentro, por exemplo, de dispositivos médicos, como por exemplo as bombas de insulina, marca-passos e também até mesmo dentro de chips. Então, esses são objetos, são sistemas que têm tanto elementos cibernéticos como elementos físicos em oposição à Internet que nos propicia acesso através de um laptop, de um telefone, ou da forma básica como estamos aqui nos comunicando hoje.

Por isso este é o maior desafio da Internet das coisas. A história de toda essa esfera, primeiramente, abordou a comunicação humana. A comunicação entre pessoas e acesso humano em sistemas financeiros, conteúdo, conhecimento. Agora quando pensarmos na transformação da Internet, quando passa do mundo abstrato para o físico, ou seja, o mundo digital e o mundo físico não podem mais serem vistos como esferas distintas. Assim, quando usamos o termo governança da Internet é vital não apenas incluir aí o conteúdo humano e a comunicação, já que são coisas muito importantes, tal como a desinformação, propaganda política, todas essas coisas. Na realidade, é uma questão que é consequencial, a Internet já está incluída dentro dessa esfera física, criando aí um novo conjunto de questões políticas.

Uma vez que temos Sistemas Autônomos, como OS, veículos elétricos sendo utilizados em alguns ambientes, uma vez que temos objetos cibernéticos físicos que são... que estão sendo utilizados em

diferentes classes de trabalhos, os trabalhos estão sendo substituídos, e isso gerará uma grande transformação e trará muitas consequências, muito mais do que a sociedade agrônoma passando para a sociedade industrial. O que isso representará para alguns trabalhos, agora, profissões, essas que estão muito mais automatizadas do que anteriormente. A privacidade está sendo transformada. A Internet das coisas radicalmente escalonou as questões de privacidade, de segurança, trazendo tudo o que fazemos para uma tela como o laptop, o telefone, tudo o que fazemos na nossa vida, nos banheiros, nas casas, nos escritórios, no seu trabalho, no seu carro, nos transportes, nos sistemas, caminhando pelas ruas, tudo isso realmente é uma mudança e a privacidade foi completamente transformada. E o que eu gostaria de ressaltar é que, com isso, a privacidade está cada vez mais conectada a algumas das questões que a Fernanda mencionou na sua abertura tais como discriminação, tais como questões de justiça social.

Se vocês tiverem esse tipo de coleta de dados pervasiva, isso pode ser utilizado para fins de discriminação, na empregabilidade, no seguro de saúde. Se, na realidade, falarmos com qualquer um que responda, por exemplo, a causas de violência, ao falar com os policiais, eles vão entender que a Internet das coisas agora é uma forma de lidar com a violência doméstica. Se alguém, por exemplo, quiser... por exemplo, tiver qualquer tipo de problema com o seu parceiro e a pessoa, por exemplo, ligar a luz e desligar. Essa é uma forma, por exemplo, de mostrar que aquela pessoa está correndo algum risco. Ela pode trancar ou destrancar a porta através de um smartphone. Esse é um novo terreno de privacidade, de proteção, de segurança que os sistemas estão todos ao nosso redor nesse mundo físico. Obviamente, a segurança também está sendo transformada. Mas essas violações de cibersegurança não é perda de acesso à comunicação. E sim a capacidade de acessar o cuidado da saúde ou dirigir um automóvel.

Há várias implicações que eu descrevo nesse meu novo livro, mas afeta a economia, a democracia, a desinformação. Pensem, por exemplo, no tipo de desinformação que pode se dar pela Internet das coisas. Você pode ter, por exemplo, uma leitura meteorológica falsa. Você pode ter informações sobre a crise climática que é falsa. Então, tudo isso porque está dentro do mundo físico. E quando o sensor capta uma leitura falsa, faz a encriptação e o legítima parece que vai ser verdade, mas talvez não seja. Então, essa informação, na Internet de coisas, é algo que nós veremos cada vez mais nos próximos anos.

O que isso quer dizer? Eu quero discutir exatamente o que faz aos desafios da governança da Internet e das normas globais. Eu acho que desafia muito o que governança da Internet sempre foi. Nós não podemos ver a Internet como algum fixo, porque a Internet muda. A

governança de Internet não é fixa, assim como as tecnologias não são fixas. Passando do espaço 2D para 3D, a governança da Internet também precisa migrar de espaço.

Uma mudança importante é que as políticas, as ciberpolíticas, a governança de Internet, elas estão envolvidas com outras políticas, por exemplo, a segurança do consumidor, uma área em que tradicionalmente não havia interação. Mas como nós temos a cibertecnologia no mundo físico, a governança da Internet está relacionada também às políticas ambientais. Sempre tocou várias áreas de interesse público, mas agora não ficam mais relegadas a esfera de informação digital apenas, envolve o mundo natural, a biologia, cuidados clínicos, diagnóstico e também a segurança dos seres humanos de várias formas. Internet no mundo físico, isso muda também as definições de tudo o que nós temos.

A Fernanda também disse, empresas como a Google, Amazon, Facebook, [ininteligível], Microsoft, agora não é mais possível diferenciar uma empresa de tecnologia de uma empresa de não tecnologia. Todas as empresas são empresas de tecnologia. Coletam dados sobre os clientes, todos precisam de *cybersecurity* para continuar a funcionar e a maioria dessas empresas têm produtos e serviços que estão dentro da capacidade da Internet. Existem no mundo real e no mundo digital. Empresas financeiras. Mesmo fabricante de produtos desportivos, varejistas se veem como empresas de tecnologia. E isso é uma mudança e tanto.

Uma outra preocupação é: o que é usuário de Internet? Porque o usuário de Internet, necessariamente, não é uma pessoa... muitos objetos conectados, como sensores de energia não têm conexão direta com o usuário humano. Algumas pessoas on-line são bots, são programas que simulam atividade humana, sabemos disso. Sabemos também que muitas pessoas que nunca acessaram on-line são diretamente afetadas pelo que acontece on-line. Afetado por uma violação de dados, por exemplo, de uma loja. Aqui nos Estados Unidos, a loja Target teve uma violação de dados. E alguém que nunca entrou na Internet pode ser afetado por isso. Ou por um ataque do tipo [ininteligível] quando a pessoa vai ao médico e não pode receber atendimento. O que isso tudo quer dizer? Frases como "estar na Internet" ou "não estar na Internet" não têm mais um significado diferente e isso é uma grande complicação.

E o que quer dizer liberdade da Internet? A liberdade da Internet é um termo que tem muitos significados, que mudou muito com o passar dos anos, mas sempre focou principalmente conteúdo e principalmente aspectos de fala, de discurso. E essas questões de liberdade foram priorizadas, até certo ponto, mais do que a segurança. Mas isso não acontece mais. Se eu vou dizer algo provocador, o direito de não ser

morto pela Internet por meio de um dispositivo médico, um sistema da minha casa ou um carro é uma preocupação de todos nós. Então, a Internet está mudando, há novas implicações em toda essa mudança e elas estão surgindo cada vez mais rápido. E assim a governança de Internet não pode ser considerada fixa.

E a última provocação nesse assunto é que conforme a Internet entra no mundo físico, há novos atores e novas instituições, as instituições da governança da Internet, que sempre dominaram, principalmente no estabelecimento de padrões técnicos, talvez não sejam mais as instituições principais nesse novo mundo. E essa é uma implicação importante.

Eu vou falar um pouco mais depois das mudanças para o público, mas essa é uma questão emergente que tem surgido já há algum tempo. É um problema de política, do setor privado, que é a infraestrutura da Internet. Ela agora está sendo cooptada, ela está sendo usada para realizar objetivos que não têm nada a ver com o desenho original da tecnologia. Este tema de um livro em que eu sou coeditora, chama-se A Busca para Infraestrutura na Governança da Internet. Os governos e as empresas privadas estão usando a infraestrutura para realizar alguns papéis que são importantes na esfera digital. Vou dar um exemplo, a preocupação com a proposta da China de fazer a reengenharia do protocolo de Internet, este é exemplo de cooptar a infraestrutura.

Um outro exemplo: como prestadores de... prestação como *hosts*, né, as empresas que fazem a hospedagem, elas decidiram tirar as plataformas de mídia social. Por exemplo, a Amazon tirou a empresa Prowler(F) porque eles eram muito extremistas, e há vários outros exemplos. Já há bastante tempo, principalmente no uso do sistema de domínios, eles têm o sensor, ou o uso para mediar as aplicações de direitos de propriedade intelectual.

Então, o mundo todo foca em conteúdo, em plataformas de mídia social e o papel que elas têm no mundo, mas 99% da infraestrutura da Internet está sob este ponto, e é muito mais poderoso para controlar. É um mecanismo com muito mais poder de controlar o conteúdo. Apesar de a arquitetura estar distribuída, de haver vários atores, ou este ecossistema, a floresta, ainda há pontos de gargalo que estão escondidos. Não são visíveis da mesma forma que conteúdo e mídia social podem ser visualizados. Porém é muito importante.

Então, nós temos essa mediação na esfera pública, mas também temos a privatização das condições de direito, nós temos uma mudança cada vez maior da tecnologia da Internet para o mundo físico. Nós temos vários outros atores surgindo neste mundo e temos uma busca constante de infraestrutura que tentam derivar para o poder político e

econômico. Então é só um lembrete de que a Internet está em tudo, determina a nossa liberdade, determina a nossa segurança, e nós vivemos em um mundo em que não tem botão de *off*. Conforme essas mudanças estão acontecendo e mudam a tecnologia, nós não podemos pensar na governança da Internet como algo fixo, assim como não acreditamos que a tecnologia é fixa. Muito obrigada a todos. E, com isso, passo a palavra de volta à moderadora.

**SRA. FERNANDA ROSA:** Muito obrigada, Laura. Foi uma apresentação de tirar o fôlego também. Eu acho que a gente tem aqui elementos para pensar, refletir, discutir e deixar muitas sementes aqui para serem discutidas no decorrer desse evento, né, que vai continuar em abril. Eu queria agradecer ao público. Nós temos mais de cem pessoas assistindo. Queria lembrar que vocês podem fazer perguntas em espanhol, português e em inglês. E essas perguntas vão chegar aqui ao painel.

A gente começou um pouco atrasado. A gente vai terminar, no Brasil, ao meio-dia. E, então, eu gostaria agora de colocar uma questão para vocês, relacionar, que coloque vocês duas em discussão. E que tem a ver com a relação entre as forças do sul global e as forças do norte global. Isso pode ser visto de diferentes maneiras. Eu acho que a apresentação da Marília, vem com essa ideia de uma aliança, que ela colocou. Eu acho que existe espaço para falar mais sobre isso. Mas eu queria que vocês falassem um pouco para a gente, a partir desse lugar onde vocês estão, como vocês veem as relações entre os países desenvolvidos e não desenvolvidos, que a gente tende a chamar de sul global e norte global, nessas relações de poder que vocês estão discutindo? Seja no âmbito da infraestrutura, seja no âmbito político e institucional. Marília, se você quiser começar.

**SRA. MARÍLIA MACIEL:** Obrigada, Fernanda. A minha percepção é que, apesar de que as instituições que a gente mapeou, que são relevantes para a governança da Internet, elas continuam a existir, politicamente essas instituições foram se esvaziando com o tempo. Seja porque organizações, como eu falei, a Organização Mundial do Comércio se torna bastante importante na discussão de temas relacionados à governança da Internet, que são rephraseados, como temas comerciais, seja porque um outro ecossistema de bolhas de governança tem surgido. E eu vejo essa proposta de se criar alianças de países desenvolvidos para tentar contrabalançar o crescimento da China muito nesse tom.

Eu acho que ao longo dos anos os mecanismos que a gente tinha de governança da Internet, eles não conseguiram entregar espaços de decisão efetiva. O Fórum de Governança da Internet, apesar de ser um fórum extremamente importante para promover o debate, eu acho que nesse sentido, ele cumpriu muito bem o seu papel, não existiu um

espaço em que países desenvolvidos e em desenvolvimento pudessem sentar e construir uma discussão norteada em direção a uma tomada de decisão.

E essa falta de espaços para a tomada de decisão, eu acho que levou vários países a procurar, com o tempo, alternativas decisórias para que decisões, de fato, pudessem ser tomadas. Então, isso aconteceu no âmbito de organizações internacionais, como a OMC, e isso tem acontecido, e eu acho que esse é o fato preocupante, em espaços que não são multilaterais e que não são multissetoriais.

Uma coisa é a gente brigar, como a gente brigou uma década atrás, sobre levar-se temas para o âmbito da UIT, por exemplo, como segurança cibernética, isso foi uma grande controvérsia em uma das reuniões da UIT. Eu tenho certeza que pessoas que seguem governança da Internet há algum tempo lembram. Isso realmente colapso na reunião da UIT, porque a UIT não teria competência para discutir cibersegurança. Esse era um debate entre discutir em um ambiente multissetorial ou discutir em um ambiente multilateral. E eu acho que a discussão, ela está agora entre discutir em um espaço que é incluyente de todos os países e atores ou discutir em um espaço muito pequeno, que é um espaço muitas vezes elitizado, é criado entre governos de países desenvolvidos ou entre estes e os atores privados, que eu ainda acho mais preocupante.

Então, eu acho que, na verdade, o que a gente caminhou, ao longo dos anos, foi para um regime de governança da Internet que ele tende a ser muito mais fragmentado do que ele era antes. Fora os espaços que são menos visíveis ainda à discussão pública, que são espaços de lobby, né? A gente sabe aqui, por exemplo, que as principais empresas que colocam recursos financeiros no lobby aqui em Bruxelas, junto à comissão europeia são as empresas de tecnologia. Então esses diálogos são completamente inacessíveis. Mas as propostas que vêm a público elas já são, em si só, preocupantes a partir do momento que elas alijam os países em desenvolvimento. Isso não poderia ter acontecido há dez anos atrás. A partir do momento que vieram à tona as revelações de Snowden, toda essa liderança dos países desenvolvidos, ela foi colocada em cheque. E isso abriu um espaço político interessantíssimo para países como o Brasil se tornarem líderes do ponto de vista político, do ponto de vista da legitimidade. E esse espaço, infelizmente, ele foi perdido ao longo dos anos. Países como Índia, por exemplo, estão fazendo governança da Internet muito focado no âmbito nacional, enquanto o Brasil perdeu a sua liderança e se encontra emergido em outro tipo de problema político institucional, como a gente discutiu no começo.

Eu acho que esse espaço de trazer países desenvolvidos e em desenvolvimento para um diálogo conjunto, ele se perdeu e é algo que



a gente precisa recuperar. Existem propostas para fazer isso. Um relatório do secretário geral da ONU sobre cooperações em políticas digitais aponta para um IGF reforçado. Eu acho que saiu uma proposta muito boa, que chega dez anos atrasada, mas ainda assim é uma proposta positiva que a gente tem na mesa. Então, como recuperar esses espaços e incluir atores como os que a Laura mencionou, que se tornam relevantes no espaço de governança da Internet, em que as barreiras entre o digital e o físico se tornam cada vez mais porosas em alguns casos até inexistentes. Então, espaços flexíveis e inclusivos de governança da Internet que deem conta dessa complexidade.

**SRA. FERNANDA ROSA:** *Thank you.* Obrigada, Marília. Laura, se você quiser entrar.

**SRA. LAURA DENARDIS (por intérprete):** Sem dúvida. Tenho algo a agregar sim. Eu acho que o primeiro ponto a ser feito é que é muito importante ter fóruns internacionais para discutir a governança da Internet e como a tecnologia tem mudado e discutir os desafios emergentes. Há muito valor nisso. E isso é uma forma de trazer o sul global e o norte global juntos.

Mas eu gostaria de reforçar que quando essas discussões se dão, elas são só discussões. E elas não têm tanto impacto sobre a forma como a Internet é governada. Eu não acho que é exagero dizer que a governança da Internet é o que acontece na prática, enquanto essas discussões estão acontecendo. Há uma certa influência mais *soft*, há um certo impacto, mas eu não quero dizer que essa discussão de impacto global vai ser super, mudar tudo. Não é o caso.

A diferenciação entre o norte e o sul global não é clara. É difícil ter essa diferenciação das pessoas que estão de um lado ou do outro. Porque, como sabem, há várias empresas e indivíduos e grupos no Brasil, por exemplo, que têm muito poder. Mais poder que pessoas que são, por exemplo, uma minoria na União Europeia ou nos Estados Unidos. Então, a diferença não é tão clara, sabe? E, além disso, estando a pessoa no norte ou no sul global, a grande maioria do poder nessa área está nas mãos do setor privado.

Eu acho que essa é a dúvida: qual é o papel do setor privado e qual a sua influência em várias regiões em todo o mundo, e como este equilíbrio se dá considerando o poder dos governos. Se nós pensarmos o papel do setor privado, em alguns casos eles estão avançando os direitos humanos, em outros casos eles estão trabalhando contra os direitos humanos. E é a mesma pergunta com os governos. Alguns governos têm um histórico muito ruim de direitos humanos e Internet, por exemplo, a estrutura de controle na China, e como o governo indiano, está o tempo inteiro retirando pessoas da estrutura, o que

acontece no mundo todo, sistemas de vigilância nos Estados Unidos e no Reino Unido.

E é por isso que eu digo que o melhor resultado é sempre quando pensamos em um equilíbrio de poderes entre sociedade civil, governo, redes ativistas transnacionais e o setor privado. Este é o ecossistema, essa é a floresta. E é importante ter esse equilíbrio. E isso me traz de volta às discussões. As discussões em fóruns internacionais ajudam a criar este equilíbrio. E eu acho que vale a pena investir nisso.

**SRA. FERNANDA ROSA:** Acho que com a fala de vocês fica claro que a gente tem que pensar em termos políticos, porque eu acho que essa questão também é política. E quando a gente vê a emergência de certos atores em fóruns internacionais e a não emergência de outros, isso também está relacionado ao momento político. Então, acho que isso dá também pontos para toda a literatura da Laura, né, que fala que técnica e política estão juntos. E, por isso, a gente usa termos como tecnopolítica. Que no Brasil também se difunde, nós temos livros a respeito, de vários atores e eu acho que... para a gente pensar aqui.

Um outro ponto que fica do que fala a Laura, né, é sobre essa questão da preponderância dos atores privados na governança da Internet, eu gostaria de citar só números aqui, até chamando atenção para algo que Marília colocou, a falta de discussões econômicas no campo da governança da Internet. E eu, também, sentindo isso, eu me juntei a uma economista, o nome dela é Janice Hauge e a gente fez um estudo o ano passado, a gente apresentou esse ano na TPRC 48, é uma conferência nos Estados Unidos.

E aí a gente fez uma análise econômica da infraestrutura da Internet dessas quatro grandes empresas, né de tecnologia, Gafa, Google, Amazon, Facebook e Apple. Como Laura falou, muitas outras empresas podem ser adicionadas. A gente pensou nessas porque está havendo aqui nos Estados Unidos uma discussão de *antitrust* em relação a essas quatro empresas, então, a gente queria aportar para essa discussão. E aí o que nós descobrimos é o seguinte: quando a gente olha para os pontos de interconexão públicos dessas empresas, que são dados públicos, né? Existem mais dados que a gente não sabe, porque essas empresas mantêm esses dados sob sua própria governança. Mas os dados públicos que existem para a gente estudar mostram que essas quatro empresas, os pontos de interconexão delas estão majoritariamente no norte global.

Então, por exemplo, a Apple tem 92% de seus pontos de interconexão no norte global; a Amazon 82%; o Facebook 73, e o Google 72. Então, quer dizer, sim, nós temos uma questão econômica muito importante. Sim, nós temos uma influência de atores preponderantes no campo dos conteúdos muito importante. Mas como

isso impacta usuários? Impacta muito porque provedores de Internet do sul global têm que achar esses dados, né? Quando alguém no Brasil está tentando atualizar um app da Apple e a Apple não está baseada nos mais de 30 PTTs do Brasil, o provedor de Internet vai ter que buscar esse dado em algum lugar. E se esse dado está no norte global, você vai ter que pagar para chegar nesse norte global. E aí o provedor da Internet pode muito bem se interconectar a um PTT em outro lugar, inclusive, na Europa, que são dados que eu encontrei fazendo pesquisa também.

Então, só para conectar os *dots* aqui, só para conectar os pontos, que a questão econômica está relacionada à questão política. E a questão do sul e do norte global é principalmente para a gente entender essas questões, e não deixar passar o papel do sul global e as desvantagens que existem, né, nesse momento.

Eu vou trazer aqui agora uma pergunta do público, nós temos uma pergunta colocada aqui. Ai, vou ler para vocês. Só um minuto, que é um chat, então, está passando rápido aqui.

*"Olá, professora, bom dia! Os diálogos em assuntos transdisciplinares são complexos e estão diretamente relacionados, qual seria o primeiro passo para estabelecer o tratamento da governança?"*. Eu acho que o que está sendo colocado aqui é como fazer governança... se eu estou entendendo bem a pergunta. É como fazer governança sabendo que esse é um tema interdisciplinar, transdisciplinar? Como é que traz essas diferentes vozes juntas? Se vocês têm ideias a respeito disso. Marília, talvez você possa começar.

**SRA. MARÍLIA MACIEL:** Eu acho que o primeiro ponto é o mais óbvio, que é capacitação. E essa capacitação em governança da Internet, ela é extremamente importante, porque ela dá a pessoas, mesmo pessoas que não têm um *background* técnico, a capacidade de conversar com alguém que tem, de entender qual é a problemática por trás daquilo que está sendo discutido.

Então, uma das coisas... Eu realizei duas pesquisas que tentam mapear o que existe disponível em termos de curso de capacitação em governança da Internet no plano global e uma segunda pesquisa que foca no continente africano. E eu acho que uma das coisas que a pesquisa detectou é a importância da capacitação em governança da Internet como ponto de entrada para a especialização, como ponto de entrada para que os profissionais de diversas áreas, eles consigam entrar em contato e dialogar com alguém sobre temas técnicos. Voltando à fala da Laura que os temas técnicos e a infraestrutura têm aspectos políticos extremamente relevantes, é como a gente consegue que um profissional que é especializado em uma área de privacidade, por exemplo, consiga entender as implicações para privacidade da

adoção de certos *standards*, é preciso que ele entenda primeiro como funciona a Internet, o que é um *standard* e etc. Então, em primeiro lugar, capacitação em governança da Internet é essencial.

Entretanto, a gente tem várias pessoas já estão hoje em posições de comando, que são *policy makers* que estão participando da negociação de tratados internacionais. E são essas pessoas que eu acho que é extremamente importante que a gente traga para uma discussão de matriz interdisciplinar. E matriz que consiga conectar o conhecimento específico deles com temas que são mais amplos. Então, é preciso buscar esses profissionais onde eles estão. É por essa razão, por exemplo, com a DiploFoundation, que a gente tem focado muito em capacitar diplomatas que se encontram em Genebra. Então, a discussão migrou, a discussão de vários temas relacionados à governança da Internet migrou, por exemplo, para a Organização Mundial do Comércio e tem vários diplomatas que têm um conhecimento extremamente aprofundado em temas comerciais, que entendem extremamente bem a questão do comércio de serviços, mas que não têm nenhuma noção de como a infraestrutura da Internet funciona, como a troca de tráfego entre países acontece, qual infraestrutura que permite isso. Eles não entendem que o conteúdo trafega, por exemplo, em datagramas, que podem tomar caminhos diferentes, que passam por diferentes jurisdições até chegar no ponto final. E isso tem implicações importantíssimas, se eu, como negociador internacional, vou negociar tratado que trata do fluxo de dados, que trata de localização de dados.

Então, eu acho que é essencial ir aonde esses profissionais estão hoje e tentar influenciar o processo decisório não para fazê-los tomar uma decisão que vá à direita ou à esquerda. Esse não é, por exemplo, o papel da nossa capacitação como DiploFoundation, mas procurar esses profissionais e tentar dar a eles a ferramenta necessária para que eles possam tomar decisões que são prementes. Esse acordo sobre comércio eletrônico, por exemplo, os países querem fechar um acordo antes da próxima ministerial que vai acontecer final do ano. E que se dê a informação necessária para que esse acordo seja celebrado da melhor maneira possível. Ou seja, de uma maneira que consiga atingir o objetivo de política pública pretendido, mas que, ao mesmo tempo, respeite o funcionamento de uma infraestrutura da Internet e que não traga problemas depois na sua implementação.

Então, tentando unir as duas pontas, eu acho que é preciso a gente intervir no começo e capacitar quem está começando a atuar nesse tema, mas não esquecer também quem já está atuando no tema e que precisa tomar decisões de maneira rápida.

**SRA. FERNANDA ROSA:** Perfeito. Laura, eu vou adicionar uma questão para você. Já que Marília respondeu tão didaticamente a

questão, que é outra questão do público, foi colocado aqui que... os muitos riscos e necessidades de atenção foram bem abordados na discussão, mas a pessoa que eu não tenho o nome infelizmente gostaria de perguntar o que não deveria mudar. Que mecanismos e práticas de operação e governança são positivas atualmente e deveriam permanecer?

**SRA. LAURA DENARDIS (por intérprete):** Agradeço pela pergunta. Primeiramente eu preciso falar sobre a Internet e o que não deve mudar na Internet antes de falar sobre a governança.

Eu acho que atrair a atenção a respeito de algumas questões da esfera da governança da Internet neste ecossistema é muito importante, porque a Internet é importantíssima e nunca entendemos isso tanto quanto entendemos agora durante a pandemia global.

Eu sinto muito que o Brasil esteja sofrendo tanto com a pandemia. Os Estados Unidos também sofreram muito com a pandemia. Mas nunca antes o público geral conseguiu entender o papel tão importante da Internet e nos permitindo que as crianças pudessem ir à escola, que pudessemos estar aqui juntos nesse momento. Os idosos, isolados em casa, que pudessem ter uma interação social permitindo a telemedicina. Sim, há muitas pessoas sem acesso. Sim, há preocupações com relação à segurança, privacidade nessa esfera, mas... e isso também está sendo acentuado com relação aos benefícios econômicos e políticos que temos, uma vez que a Internet nos auxiliou durante a pandemia.

Segundo, muitas coisas estão se saindo bem com relação à governança da Internet, mesmo considerando a transformação da Internet das coisas. Exatamente devido à importância da Internet das coisas é que precisamos acertar com a privacidade e com a segurança. Mesmo como temos tanto problema na esfera da Internet, como geral, o que não funcionou muito bem são os movimentos com relação à interoperabilidade. Há muita discussão sobre a fragmentação da Internet, essa é uma preocupação.

E durante a minha carreira, eu passei o início da minha carreira tornando aqueles computadores fabricados por uma empresa podendo se conectar com outros computadores fabricados por outras empresas. Se eu e a Marília quiséssemos nos comunicar de uma plataforma para outra, enviando e-mail de uma plataforma para outra, isso não era possível. Eu gostaria de lembrar-lhes que isso aconteceu em uma geração. Nós não tínhamos habilidade de nos comunicarmos anteriormente se usássemos diferentes empresas, não podíamos nos comunicar por e-mails, pelo Zoom, pela mídia social. E a razão pela qual isso ocorreu e agora podemos fazê-lo, se deu devido a uma área muito importante da governança da Internet. Que é a configuração de

padrões, nós tivemos protocolos, *blueprints*, padrões técnicos, normas técnicas chamadas de abertas. Que eram acessíveis no desenvolvimento de produtos para assegurar interoperabilidade.

Essa é uma área da governança da Internet que se saiu muito bem. Temos um espaço comum em que todos podem logar neste espaço de Internet global e acessar um protocolo. Seja para uma sessão em particular ou algo único àquela pessoa. Nós também nos movemos em relação à cibersegurança. E eu acho que uma das questões da governança da Internet é que nós não tivemos um alcance tão grande assim. Nós tivemos, na verdade, o alcance grande, mas não tivemos uma queda tão catastrófica. Eu acho que isso se deu ao grande sucesso. E agradeço a pergunta.

**SRA. FERNANDA ROSA:** Perfeito. A pergunta havia sido feita por um engenheiro, é o Antonio Moreiras.

Eu gostaria, então, de puxar o que a Laura acabou de comentar. E que talvez vocês duas pudessem aportar também elementos, seguramente que sim, sobre esse momento de repensar o protocolo da Internet a partir da China. Algo que tem sido discutido, algo que a Laura comentou também na apresentação. E eu gostaria de saber a opinião de vocês a respeito disso, o *re-engineering of the Internet protocol*, que é um movimento que está ocorrendo agora. Laura escreveu tanto sobre protocolos, uma especialista sobre protocolos da Internet, e Marília tem essa visão também, que eu adoraria saber a sua opinião a respeito. O que significaria para a governança da Internet e para a Internet em geral. Acho que a gente pode começar com Marília, se puder.

**SRA. MARÍLIA MACIEL:** Quando a gente fala da participação da China, eu sempre me lembro como a gente comemorou o momento que a China voltou a participar de grupos de governos dentro da ICANN. Como esse foi um momento de: "ok, estamos todos a bordo novamente". E eu acho que a primeira coisa a enfatizar é que a participação da China em instituições, sejam elas quais forem, ela não é negativa. Eu acho que ela é intrinsecamente positiva, porque eu acho que ela denota o interesse da China em não subverter a ordem do jogo, a ordem internacional, mas de jogar o jogo dentro do sistema. Ou seja, quando ela participa de organizações, ela está submetendo à regra do jogo daquelas instituições e ela também se permite influenciar. Porque mandando negociadores, por exemplo, tratar de *standards*, que é um tema que a China tem participado ativamente. A China é autora de mais de 800 propostas, se eu não me engano, no ano passado em grupos de trabalho da UIT, isso é mais do que os Estados Unidos, que o Japão e a Coreia juntos. Ou seja, a China está tendo uma participação extremamente firme no desenvolvimento de *standards*.

Mas isso quer dizer que ela está tentando influenciar os *standards*, muito por razões comerciais, para privilegiar suas próprias empresas. Mas isso não é novidade, se a gente pensar na participação de países, de atores de países ocidentais, eles também tentaram através do desenvolvimento de *standards* privilegiar a sua própria posição comercial e levar a adoção de tecnologias que depois pudessem levar a eles posições de competição melhores dentro do mercado de tecnologia. Mas essa participação denota que ela quer influenciar o jogo, mas ela também se deixa influenciar por outro lado. Porque quando negociadores participam de um processo de negociação de *standards*, eles começam a entender também qual é a posição do outro lado, porque alguns *standards* estão sendo defendidos por outros atores.

E tem pessoas que acompanham essa discussão na China que têm começado a reportar que existe sim um impacto positivo de abertura e de mais compreensão mútua com o crescimento da participação da China. O que eu acho que é... existe uma divisão clara e uma divisão do ponto de vista de valores e ponto de vista de sistema político que é clara, mas eu não acho que o diálogo entre os dois lados ele seja impossível. Eu acho que ele deve ser promovido.

E o que eu acho que é... que não ajuda ao debate, o que eu tenho visto muito na cena internacional é que projetos de pesquisa, por exemplo, para tratar de participação da China, eles vêm já definidos. É para identificar os problemas e o modo como a China quer governar a Internet ou quer influenciar a Internet de maneira antidemocrática através da sua participação.

Ou seja, como pesquisadora, como investigadora, eu tenho visto chamadas à pesquisa que ela já vem com um certo *label*. O *label* é identificar os problemas, não é saber se os problemas existem, é listar quais são os problemas. E eu acho que essa atitude, ela é negativa. Ela vem de países que se encontram ameaçados na sua posição de liderança por um crescimento que é certamente assustador em termos de volume, em termos de velocidade do outro lado. Mas a China tem jogado o jogo que foi um jogo criado pelas instituições que foram criadas por todos nós, principalmente pelos países ocidentais.

Então, eu acho que a gente precisa encontrar formas mais construtivas de lidar com a participação da China e de não fechar os canais de diálogo. Se fechando em grupos de países [ininteligível]. Isso eu acho que, realmente, é em detrimento de toda a relação global que a gente construiu com instituições amplas de governança da Internet.

**SRA. FERNANDA ROSA:** Excelente. Laura.

**SRA. LAURA DENARDIS (por intérprete):** O protocolo da Internet funciona muito bem. Uma inovação que trouxe benefícios para

as pessoas em todo o mundo. E progrediu porque muitos protocolos ao seu redor também progrediram.

E eu gostaria de reconhecer que sim, há muita preocupação, que as pessoas chamam: os chineses tentando reinventar a Internet. Essa é a preocupação descrita. Esta preocupação tem a ver com o esforço do ministério chinês de Indústria e Informação, Tecnologia da Informação e da Huawei para vagamente propor um novo protocolo de Internet para substituir a arquitetura central da Internet.

Eles enviaram essa proposição para ETU, para a União, que é uma subagência da ONU. Para criar um grupo de estudo e estudar o futuro da Internet. A proposta não contém nada concreto. Na minha opinião, não tenta resolver um problema que precisa ser resolvido. Então essa é uma preocupação. E foi recebido com alarme pelas pessoas, pelas pessoas preocupadas com o universo da Internet e com a indústria privada. Então, reforça muito aqui aquilo que nós já falamos, há preocupações políticas sobre a infraestrutura. A infraestrutura técnica da Internet hoje é um Proxy dos interesses nacionais, políticos e de poder. E também de quem está tomando as decisões.

Não nos surpreende que esta proposta levou a muita polarização. Será que nós temos que ver um sistema fragmentado como uma característica permanente do sistema de Internet? Essa é a pergunta. E é uma pergunta importante, na minha opinião.

**SRA. FERNANDA ROSA:** Perfeito. Muito, muito obrigada por nos lembrar de como a Internet está se tornando, então, esse Proxy para fazer política. E aí eu acho que fica mais e mais evidente a tecnopolítica da rede, né? E eu gosto muito também da forma como Marília traz a questão: se é política, e se é política com P maiúsculo, a gente vai ter que ouvir e a gente vai ter que dialogar, né? E como se fará isso trazendo vozes dissonantes, eu acho que a gente tem lições já aprendidas do multissetorialismo e desafios já aprendidos também. Que eu acho que vamos ter que enfrentar.

A gente está caminhando para o final do painel. Temos uma pergunta aqui que foi feita pelo Diego Canabarro, que vai estar inclusive no fórum, no seminário nos próximos dias.

Diego, eu acho que a sua pergunta foi respondida pela Marília e pela Laura com a questão da floresta, né, da governança da Internet como floresta. Eu vou, então, encaminhar a minha última pergunta e aí vocês podem respondê-la e fazer as suas colocações finais.

A minha última pergunta, ela diz respeito à questão de participação. E, como a gente colocou lá no início, a participação que pensa a interseccionalidade, né? Como é que a gente pensa a



participação de homens e mulheres negras, de pessoas indígenas e não representadas, normalmente, nesses fóruns, mas não só pensando nos fóruns de discussão. Pensando em todas essas camadas de governança da Internet que vocês trouxeram aqui. Inclusive as camadas de infraestrutura. Eu fiquei bastante provocada pelo que Marília colocou da inteligência artificial. Devemos ou não dar espaço para a inteligência artificial na governança da Internet, como um tópico de governança da Internet?

E aí Laura coloca na fala dela que hoje a Internet tem usuários e usuárias que não são mais humanos, né, que são máquinas. E aí eu acho que fica uma grande salada para a gente pensar. Porque talvez não é que a inteligência artificial está fora, né? Ela já está dentro e ela virou usuário e usuária. E no livro da Laura, ela coloca que esses processos de *machine learning*, de aprendizagem de máquina, está sendo tão automatizado que você já perde a noção de onde estamos. Existem momentos em que engenheiros e engenheiras não conseguem fazer a engenharia reversa, de saber como é que chegamos àquele lugar.

Então minha questão é: como pensamos esse momento da Internet a partir de questões de interseccionalidade, a partir das questões raciais de etnicidade, de gênero? É essa a minha pergunta. E peço que vocês façam a resposta e concluam também. Marília.

**SRA. MARÍLIA MACIEL:** Obrigada, Fernanda. Uma vez mais eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar desse debate. É sempre um momento maravilhoso trocar ideias com o público brasileiro e com a Profa. Laura e com você também, foi extremamente construtivo.

Eu acho que duas coisas. Nas minhas últimas pesquisas sobre capacitação e governança da Internet, eu inferi. Uma delas é que é muito importante que a governança da Internet, ela seja apresentada para as pessoas a partir de problemas reais que elas enfrentam no dia a dia.

Eu acho que adianta muito pouco chegar para uma comunidade indígena e explicar em alto nível como funciona a ICANN e o sistema de nomes de domínio. Mas trazer essa discussão sobre algo que é muito concreto para eles, é isso que vai fazer com que as pessoas se tornem envolvidas. Você deu um exemplo maravilhoso de como uma comunidade indígena usou a Internet e a tecnologia no contexto da pandemia. Isso é um exemplo concreto. Isso é algo que vai fazer com que as pessoas realmente se sintam envolvidas e tocadas pelos debates que são travados no âmbito da governança da Internet.

A segunda coisa é que capacitação deve acontecer no máximo possível perto do nível onde as pessoas estão. É preciso que a gente

explore mais um sistema de *train the trainers*. Fazer com que pessoas que são líderes e reconhecidas dentro dos seus espaços e das suas comunidades ajam como replicadores de conhecimento. Isso é extremamente essencial para que a gente consiga falar a mesma língua das comunidades que a gente quer tocar. Não só a mesma língua no sentido cultural, mas a língua no sentido linguístico mesmo. Olhando para o continente africano, por exemplo, capacitação e governança da Internet, ela é disponível em inglês, muito raramente em francês. As línguas faladas nos países africanos, mais de 50%, muitas vezes, são línguas locais. Como a gente consegue atingir essas pessoas? A partir de um treinamento de treinadores, *training the trainers*, que vão realmente se aproximar dessas pessoas, com os seus problemas concretos em suas línguas locais. Isso eu acho que é desafio que para o futuro a gente precisa enfrentar para incluir as comunidades que você mencionou.

**SRA. FERNANDA ROSA:** Muito obrigada, Marília. Muito obrigada pela sua participação também. Foi incrível. Laura.

**SRA. LAURA DENARDIS (por intérprete):** Muito obrigada pela pergunta. E muito obrigado, Marília, pelos seus comentários. O que eu gostaria de dizer é a perspectiva um pouco diferente. Eu gostaria de lembrá-los que alguns dos principais pensadores, principais pesquisadores e pessoas engajadas na realização das políticas de Internet são pessoas com diversidade, são líderes, são especialistas, são mulheres, pessoas de diferentes gêneros, diferentes raças. Então, só para lembrá-los de que há muitas vozes já representadas na comunidade de especialistas. O que é uma coisa boa.

Mas há várias pessoas que não se engajam nesses diferentes fóruns. E isso é um problema já há muito tempo. Eu acho que houve melhoras sim, mas podemos ainda melhorar.

Então, não é só estar envolvidos nas diferentes discussões internacionais. É também discutir questões específicas e escolhas que são feitas dentro da área da tecnologia que afetam as pessoas indígenas, as minorias, as pessoas marginalizadas. E uma dessas áreas é o viés algorítmico, por exemplo, reconhecimento facial. Como incorporar diferentes idiomas nas estruturas da governança da Internet. E, claro, melhorar o acesso.

Então, além dessa discussão global em que eu acho que a diversidade, lentamente, mas de forma constante, está acontecendo, há uma série de coisas que precisam ser discutidas no momento do design da infraestrutura. Todas as pessoas são afetadas pelos problemas que nós temos. E os direitos humanos para todos que fazem parte da arena da governança da Internet é muito importante. Por exemplo, o direito de ter privacidade, o direito de ter um discurso, mas

não ser assediado on-line, a capacidade, o direito de participar da economia global, de estar seguro, de ter segurança pessoal e emocional ao participar no mundo de ciber-informações. Tudo isso é importante.

Então uma solução técnica para muitos desses problemas que eu acabo de mencionar é a cibersegurança. E é por isso que nós achamos que é o principal problema de direitos humanos. É importante para garantir economia, direitos humanos, proteger a privacidade das pessoas e uma série de outras coisas.

Muito obrigado, Fernanda, por me permitir participar. Muito obrigado, Marília, foi um prazer ter estado aqui com você e muito obrigada a todos pelas ótimas perguntas e discussão.

**SRA. FERNANDA ROSA:** Muito obrigada. Eu estou muito, muito feliz com esse painel. Eu aprendi muito, saio daqui energizada. Agradeço também, primeiramente, Laura DeNardis e Marília Maciel pela participação. E por trazerem tanto conhecimento para a gente, né? De manhã, um amigo me escreveu, com boas intenções, falando que não se sentia representado no painel, porque não tinha homens. E eu sempre estou questionando ele, né, que nos eventos que a gente participa, em que ele participa só tem homens. Ele fez isso com muita boa intenção, e eu queria dizer que o que nós precisamos também é ouvir mais vozes dissonantes e menos representadas. E eu acho que aqui ficou muito evidente o quanto a gente tem que aprender, o quanto a gente tem a aprender ainda, né? Muito, muito obrigada. Obrigada à EGI. Muito boa sorte na continuação desse evento. E esperamos nos ver na Internet. Muito boa sorte para todo mundo. Tchou, tchau.